

A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar

Luan Vinicius Bernardelli
(Organizador)



Luan Vinicius Bernardelli

(Organizador)

A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar

**Atena Editora
2019**

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E19	<p>A economia numa perspectiva interdisciplinar [recurso eletrônico] / Organizador Luan Vinicius Bernardelli. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-505-1 DOI 10.22533/at.ed.051193007</p> <p>1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Economia. I. Bernardelli, Luan Vinicius. II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 330</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A ciência econômica é marcada pelo estudo do funcionamento dos mercados, determinação das taxas de juros, câmbio, entre diversos outros aspectos que são relacionados aos aspectos gerais macroeconômicos e microeconômicos. Contudo, o estudo das ciências econômicas possui um forte caráter multidisciplinar, o que potencializa o impacto dos estudos econômicos na sociedade.

É fundamental compreender como os agentes se organizam economicamente e, de maneira constante, buscar aprimorar a qualidade de vida das pessoas. O estudo da economia tem como finalidade principal aumentar o bem-estar da sociedade, contudo, trata-se de um processo complexo que envolve uma série de fatores.

Dessa forma, a multidisciplinaridade tem muito a oferecer para o desenvolvimento da ciência e, conseqüentemente, para o entendimento das relações econômicas entre os seres humanos. Nesse sentido, no e-book “A economia numa Perspectiva Interdisciplinar”, apresenta-se artigos que contribuem para o estudo das ciências econômicas sob o enfoque multidisciplinar, abordando importantes temas sobre as atuais relações econômicas entre os agentes.

A complexidade dos agentes econômicos impossibilita a reprodução e o entendimento das relações econômicas por meio de uma ciência exata. Nesse sentido, a economia é estudada como uma ciência social, que deve ser constantemente testada e mensurada, a fim de se aprimorar o modo de organização social.

A organização deste livro não está pautada sob um critério único, dado a diversidade de temas e métodos que são apresentados. Neste livro, o leitor poderá contemplar 35 capítulos que debatem a economia numa perspectiva interdisciplinar. Os trabalhos abrangem diversas temáticas, como o desenvolvimento econômico sob o enfoque regional e territorial, a fim de mostrar a importância do espaço e da região nos estudos econômicos. Questões relacionadas ao comportamento do consumidor nos tempos atuais também podem ser apreciadas. Importantes conceitos sobre uma Economia Solidária, que se trata de uma temática de estudo em constante evolução no Brasil e possibilita o desenvolvimento de formas alternativas de geração de emprego e renda, principalmente para pessoas de baixa renda. Além disso, diversos outros textos discutem questões pertinentes no atual contexto econômico.

Neste livro também se encontram trabalhos sobre diversas regiões e estados brasileiros, evidenciando que, além de uma grande diversidade em relação aos temas e métodos, a ciência econômica sob caráter interdisciplinar está sendo investigada em todo território nacional e contribui com todas regiões do Brasil. Dessa forma, o leitor poderá contemplar estudos de pesquisadores de todo o país, de Universidades Estaduais, Federais, centros e instituto de pesquisa, entre outras importantes entidades contribuintes à ciência nacional.

Por fim, desejo que o leitor desfrute dos artigos apresentados nesta edição, ressaltando a importância do estudo das ciências econômicas sob caráter

interdisciplinar. Certamente, este livro dará suporte aos leitores para a compreensão da importância do estudo da economia e suas áreas correlatas.

Luan Vinicius Bernardelli,
Doutorando em Teoria Econômica pelo PCE/UEM

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (DO OESTE) DE SANTA CATARINA: ANÁLISE SÓCIO ECONÔMICA DO PERÍODO DE 2000 A 2010	
Alyne Sehnem Juliano Luis Fossá Marcia Berti Fiorin	
DOI 10.22533/at.ed.0511930071	
CAPÍTULO 2	13
A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	
Seonária Costa Santana Alane Amorim Barbosa Dias Cleudson Santos de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.0511930072	
CAPÍTULO 3	21
O PAPEL DO TERRITÓRIO NOS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS REDES SOLIDÁRIAS	
Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza Auro Aparecido Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.0511930073	
CAPÍTULO 4	33
A ECONOMIA PAULISTA ANTES DO CAFÉ: AGRICULTURA, COMÉRCIO E DINÂMICAS MERCANTIS NA REGIÃO DE “SERRA ACIMA” (C. 1800-C. 1820)	
Marco Volpini Micheli	
DOI 10.22533/at.ed.0511930074	
CAPÍTULO 5	60
CAFEICULTURA, URBANIZAÇÃO E CAPITALISMO: O CAMPO E A CIDADE NO SÉCULO XIX, JUIZ DE FORA-MG	
Felipe Marinho Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.0511930075	
CAPÍTULO 6	74
MODA, CULTURA E CONSUMO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO	
Ana Paula Nobile Toniol Sara Albieri	
DOI 10.22533/at.ed.0511930076	
CAPÍTULO 7	87
COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR E NOVAS PROCURAS: OS VALORES CULTURAIS DO QUEIJO MINAS ARTESANAL	
Lélis Maia de Brito Lidiane Nunes da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.0511930077	

CAPÍTULO 8	99
COMIDA DE PET: COMENSALIDADE INTERESPÉCIE	
Juliana Abonizio	
Eveline Teixeira Baptistella	
DOI 10.22533/at.ed.0511930078	
CAPÍTULO 9	112
CONSUMO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE FRUTAS NO ASSENTAMENTO TERRA VISTA- ARATACA-BA	
Telmara O. Benevides Campos	
Ricardo de Araújo Kalid	
Milton Ferreira da Silva Junior	
Maria Olímpia Batista de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.0511930079	
CAPÍTULO 10	125
OS PASSATEMPOS DA VIAGEM: UMA ABORDAGEM SOBRE AS RELAÇÕES DE CONSUMO NOS BRT DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	
Marília do Nascimento Silva	
Alcides Jairon Lacerda Cintra	
DOI 10.22533/at.ed.05119300710	
CAPÍTULO 11	137
CONECTANDO AGRICULTURA – ALIMENTAÇÃO - DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DO CAMPO CIENTÍFICO	
Caroline Conteratto	
Álvaro Sérgio Oliveira	
Daiane Thaise Oliveira Faoro	
Gabrielli do Carmo Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.05119300711	
CAPÍTULO 12	147
ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO COMO BASES PARA UMA NOVA CONDIÇÃO MATERIAL DA EXISTÊNCIA	
Yuri Rodrigues da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.05119300712	
CAPÍTULO 13	159
DESAFIOS DA AUTOGESTÃO E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS EM SOLIDÁRIA	
Gabriel Gualhanone Nemirovsky	
Édi Augusto Benini	
Elcio Gustavo Benini	
Eziel Gualberto de Oliveira	
Henrique Tahan Novaes	
Martina Nogueira Lima	
Raphael Camargo Penteadó	
Gustavo Henrique Petean	
DOI 10.22533/at.ed.05119300713	

CAPÍTULO 14	173
ECONOMIA SOLIDÁRIA, PRÁTICAS ESPACIAIS E TERRITÓRIOS DISSIDENTES EM RIO CLARO (SP)- BRASIL	
Auro Aparecido Mendes Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza	
DOI 10.22533/at.ed.05119300714	
CAPÍTULO 15	182
EDUCAÇÃO POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA PARCERIA POTENTE NA LUTA POLÍTICA	
Ana Elídia Torres	
DOI 10.22533/at.ed.05119300715	
CAPÍTULO 16	191
UM OLHAR SOBRE A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	
Lourença Santiago Ribeiro Diego Palma de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.05119300716	
CAPÍTULO 17	201
GERAÇÃO DE RENDA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA OFICINA COM USUÁRIOS DE CAPS-AD II	
Gabriela Zanim Patrícia Tosta Soares Regina Célia Fiorati	
DOI 10.22533/at.ed.05119300717	
CAPÍTULO 18	213
CURSO FORMATIVO PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SAUDÁVEL EM RIBEIRÃO PRETO-SP	
Mariana Pantoni Santana Regina Célia Fiorati Perla Calil Pongeluppe Wadhy Rebehy Regina Yoneko Dakuzaku Carretta Daniel Yacoub Bellissimo Julia Terra Ribeiro do Vale Marta Cristiane Alves Pereira Rogério Cerávolo Calia José Luiz Bahia Patrícia Soares	
DOI 10.22533/at.ed.05119300718	
CAPÍTULO 19	222
ESTUDO DE CASO: IMPLANTAÇÃO DE UMA INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA UTFPR/ CÂMPUS DE APUCARANA	
Márcia Cristina Alves Marcelo Capre Dias	
DOI 10.22533/at.ed.05119300719	

CAPÍTULO 20	234
SABERES E SABORES: A EXPERIÊNCIA DE UMA FEIRA DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (BA)	
Alessandra Oliveira Teles Wesley Freire dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300720	
CAPÍTULO 21	246
O DESAFIO DA ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO E PRÁTICAS DE EXTENSÃO: ESTUDO DE CASO DA TEMÁTICA DE COOPERATIVISMO NA UFFS	
Raoni Fernandes Azerêdo Pedro Ivan Christoffoli Anelize de Souza Muller Campos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300721	
CAPÍTULO 22	258
ELEMENTOS PARA A DETERMINAÇÃO MATERIAL DO DIREITO NOS TEXTOS ECONÔMICOS TARDIOS DE MARX: O MOVIMENTO DO DIREITO NA VIA CLÁSSICA	
Lucas Almeida Silva	
DOI 10.22533/at.ed.05119300722	
CAPÍTULO 23	278
FORMAS ESTATAIS E REGIMES DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL	
Matheus de Araújo Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.05119300723	
CAPÍTULO 24	291
EVOLUÇÃO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE INDÚSTRIA EXTRATIVA E INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PERÍODO DE 2000 A 2011	
Luciane Rosa de Oliveira Bruna Márcia Machado Moraes Angélica Pott de Medeiros Reisoli Bender Filho	
DOI 10.22533/at.ed.05119300724	
CAPÍTULO 25	311
MODELO DE GESTÃO PARA AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS MEDIANTE A APLICAÇÃO DE MÉTODO SWOT	
Caroline Conteratto Laura Possani Gabrielli do Carmo Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.05119300725	
CAPÍTULO 26	322
MERCADORES DE OBRIGAÇÕES: COMÉRCIO, DÁDIVAS E RECIPROCIDADE NA TROCA DE VALORES NA FEIRA DA 25 DE SETEMBRO EM BELÉM/PA	
José Maria Ferreira Costa Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.05119300726	

CAPÍTULO 27	335
RELEVÂNCIA DA IMAGEM CORPORATIVA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL: UM ESTUDO COM ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA	
Paulo Roberto da Costa Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.05119300727	
CAPÍTULO 28	347
EBC: A CIDADANIA PERDIDA	
Valéria de Castro Fonseca Célia Maria Ladeira Mota	
DOI 10.22533/at.ed.05119300728	
CAPÍTULO 29	358
A PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS (DES)ASSISTIDOS TRABALHADORES EM EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS	
Arlete Candido Monteiro Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.05119300729	
CAPÍTULO 30	372
IMPACTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA DO CARVÃO MINERAL NA ECONOMIA DO SUL DE SANTA CATARINA	
Eduardo Netto Zanette Silvio Parodi Oliveira Camilo	
DOI 10.22533/at.ed.05119300730	
CAPÍTULO 31	395
VIVER ENTRE O MAR E A TERRA: UMA COMPARAÇÃO DO PERFIL SOCIAL E ECONÔMICO DOS PERSEGUIDOS PELO TRIBUNAL DA INQUISIÇÃO EM SALVADOR E CARTAGENA DAS ÍNDIAS XVI-XVII	
Jéssika de Souza Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.05119300731	
CAPÍTULO 32	415
OS APARATOS INFOTELECOMUNICACIONAIS E A DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO IDEOLÓGICA NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO	
Edvaldo Carvalho Alves Fellipe Sá Brasileiro Edilson Targino de Melo Filho	
DOI 10.22533/at.ed.05119300732	
CAPÍTULO 33	425
RÁDIOS LIVRES E A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO: UMA PERSPECTIVA MUDA	
Ricardo Franco Llanos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300733	
CAPÍTULO 34	438
GESTÃO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA EM UMA UNIVERSIDADE MULTICAMPI	
Tiago Santos Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.05119300734	

CAPÍTULO 35	449
<i>SOFTWARE LIVRE E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL</i>	
Flávio Gomes da Silva Lisboa	
Marilene Zazula Beatriz	
DOI 10.22533/at.ed.05119300735	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	460

ECONOMIA SOLIDÁRIA, PRÁTICAS ESPACIAIS E TERRITÓRIOS DISSIDENTES EM RIO CLARO (SP)-BRASIL

Auro Aparecido Mendes

UNESP, IGCE, Departamento de Geografia
Rio Claro - SP

Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza

UNESP, IGCE, Departamento de Geografia
Rio Claro – SP

RESUMO: A Economia Solidária deve ser entendida como uma prática espacial, na qual as comunidades por meio de seus empreendimentos econômicos solidários em seus territórios encontram não apenas uma forma de geração de emprego e renda mas, sobretudo, o resgate da cidadania. Tratam-se de movimentos sociais que ocorrem em territórios dissidentes por meio de autoplanejamentos contando ou não com políticas públicas específicas. O presente capítulo aborda a experiência da Economia Solidária no Município de Rio Claro (SP) que, historicamente, vem conquistando novos territórios na cidade com destaque para o cooperativismo e empreendimentos econômicos solidários em vários segmentos produtivos em espaços que, até então, eram dominados apenas pelo grande capital. A Economia Solidária deve ser democrática, colaborativa, emancipatória, promovendo o desenvolvimento territorial e uma sociedade mais justa e livre.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária, Práticas Espaciais, Territórios Dissidentes, Desenvolvimento Sócio-espacial.

SOLIDARITY ECONOMY, SPACE PRACTICES AND DISSIDENT TERRITORIES IN RIO CLARO (SP) - BRAZIL

ABSTRACT: The Solidarity Economy should be understood as a space practice, in which communities through their economic enterprises in solidarity in their territories find not only a way of generating employment and income, but above all, the rescue of citizenship. Social movements that occur in dissident territories are dealt with through self-planning, with or without specific public policies. This chapter discusses the experience of the Solidarity Economy in the Municipality of Rio Claro (SP), which historically has been conquering new territories in the city, with emphasis on cooperativism and solidarity economic ventures in several productive segments in spaces that until then were dominated only by great capital. The Solidarity Economy must be democratic, collaborative, emancipatory, promoting territorial development and a fairer and more free society.

KEYWORDS: Solidarity Economy, Space Practices, Dissident Territories, Socio-spatial Development.

1 | INTRODUÇÃO

A Economia Solidária deve ser entendida não apenas na sua pluralidade econômica mas, concretamente, nas suas imbricações espaciais que implicam em diversidade e complexidade peculiares a cada território. Tais territórios possuem diferentes níveis de organização, de estruturação e de institucionalização. Assim sendo, as experiências em Economia Solidária são diversificadas e dificilmente replicáveis, devendo, portanto, considerar as especificidades de cada lugar. Cada lugar possui suas características, sua identidade, seus desafios, enfim, suas singularidades.

Embora todos os lugares estejam atualmente inseridos no contexto capitalista hegemônico, não significa que as normas impostas por esse sistema dominante irão destruir as normas existentes nos territórios onde a Economia Solidária se desenvolve.

A Economia Solidária reúne a prática de vários sujeitos excluídos pelo sistema capitalista em territórios dissidentes. Tais sujeitos, por meio de empreendimentos econômicos solidários ou organizados em cooperativas e associações promovem, com seus contraprojetos, o desenvolvimento territorial.

O presente capítulo encontra-se estruturado em três partes, além das considerações finais. Na primeira parte, é feita uma contextualização da Economia Solidária no contexto da globalização econômica; na segunda, uma discussão dos aportes teóricos sobre territórios dissidentes, práticas espaciais e contraprojetos e, na terceira; uma breve análise da experiência em Economia Solidária no Município de Rio Claro (SP)-Brasil.

2 | A ECONOMIA SOLIDÁRIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA

No contexto do capitalismo neoliberal ocorreu o Fórum Mundial em 2000 que vai ensejar no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva políticas públicas voltadas à Economia Solidária. Em 2003, ocorreu a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) ligada ao Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), tendo como Secretário o economista Paul Singer.

De acordo com Singer:

A economia solidária surge como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo). Sob o capitalismo, os meios de produção são socializados na medida em que o progresso técnico cria sistemas que só podem ser operados por um grande número de pessoas, agindo coordenadamente, ou seja, cooperando entre si. Isso se dá não somente nas fábricas, mas também nas redes de transportes,

comunicação, de suprimento de energia, de água, de vendas no varejo, etc. O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos. (SINGER, 2000, p.13).

Atualmente, são muitas manifestações em Economia Solidária em curso em diferentes territórios nacionais, tais como: empreendimentos autogestionários, cooperativas, incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, centros públicos, bancos comunitários, cadeias de produção, e de comercialização solidárias, trocas solidárias com ou sem moeda social, empresas recuperadas pelos trabalhadores em autogestão, entre tantas outras iniciativas.

Conforme salientam França Filho e Laville (2004: 154) “trata-se, em geral, de experiências fortemente vinculadas a um quadro territorial específico de pertencimento (um bairro, uma região, etc.) que tentam através da sua prática enfrentar suas problemáticas locais”.

A economia solidária no Brasil e na América Latina deve ser entendida como um movimento social emancipatório que parte dos segmentos mais pobres da população estabelecendo uma nova relação com o mercado e com o Estado.

Na relação com o mercado a economia solidária vem sendo construída a partir daquilo que Milton Santos (1979) denominou de “circuito inferior da economia”, empregando pouco capital, com baixo nível tecnológico, intensivo em mão-de-obra, entre outros aspectos.

Dessa forma, que a Economia Solidária está inserida em uma economia mista (pública e privada), contudo, antípoda à ordem hegemônica.

A história da Economia Solidária no Brasil e em outros países na América Latina é uma história de lutas, de conflitos, de resistência no campo e na cidade de uma “ordem” imposta prometendo progresso e desenvolvimento.

De acordo com Mendes (2013), o crescimento econômico ocorrido no Brasil, principalmente durante a década de 1970, em plena ditadura militar, foi concebido e implementado no marco dos Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico (II PND, especialmente). Nessa época, o Estado teve um papel fundamental para criar as condições necessárias para o grande capital se implantar no Brasil. Data dessa época, os grandes projetos industriais e agropastoris realizados nas Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste do país, consideradas estagnadas economicamente. Esse capitalismo hard gerou profundas desigualdades sócio-espaciais além de provocar nos lugares ecocídios e biocídios incalculáveis em nome de um Projeto Nacional que consistia em transformar o Brasil em uma Grande Potência, ideologia que visava progresso e crescimento econômico a qualquer custo.

Conforme o autor mencionado, tais iniciativas foram amplamente resistidas por meio de movimentos sociais que ocorreram no Brasil, muitos dos quais configurando-se em verdadeiras batalhas campais, uma vez que o aparelho repressivo do Estado

tentava deter tais confrontos e conflitos.

Esse cenário de repressão, de profundas desigualdades socioeconômicas e de desequilíbrios regionais vigentes na década de 1970 não é o retrato apenas do caso brasileiro, mas de muitos outros países da América Latina, até os dias atuais.

Se até a década de 1970 o Estado, no caso brasileiro teve um papel diretivo e normativo no crescimento econômico, após 1980, ele passa a ser um facilitador para os investimentos diretos estrangeiros em território nacional, por meio da abertura comercial e das desnacionalizações e privatizações ocorridas.

Todavia, no Brasil, foi na década de 1980 que ocorreram importantes movimentos sociais, contando com forte atuação da Igreja Católica (Cáritas Brasileira, notadamente), contribuindo para a organização das comunidades de baixa renda, visando melhorias na qualidade de vida. Data dessa época, também, os movimentos sindicais cujo mote era justamente o combate ao desemprego decorrente da abertura comercial, perda de competitividade de muitos segmentos produtivos nacionais, do fechamento de muitas indústrias e da “modernização dolorosa” ocorrida no campo.

A Universidade é outro setor que desde a década de 1990, principalmente, vem refletindo, discutindo e atuando com práticas solidárias no Brasil abrigando, inclusive, Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). Na verdade, são muitos os atores, as instituições e as entidades que atuam e participam da construção da economia solidária no país.

Conforme Mendes (2013) trata-se de pensar o desenvolvimento territorial, em termos de “ganha-ganha”, contemplando solidariedade, união, cooperação, reciprocidade, o resgate da dignidade e da felicidade e ir contra a lógica do “ganha-perde” da globalização econômica.

Assim sendo, cada território é único no sentido de apresentarem conteúdos sociais, econômicos e culturais específicos, difíceis de serem replicados e que constituem, para muitas comunidades, elementos constitutivos de suas estratégias de sobrevivência.

Entretanto, importantes lições podem ser aprendidas na pluralidade de experiências existentes em distintos contextos.

3 | ECONOMIA SOLIDÁRIA: TERRITÓRIOS DISSIDENTES E PRÁTICAS ESPACIAIS

A Economia Solidária só pode ser entendida quando se considera o território, porque é ali que as relações sociais ocorrem e, por conseguinte, o desenvolvimento sócio-espacial. A autogestão, a justiça social, a qualidade de vida, a preocupação com o meio ambiente, dentre outros aspectos devem ser compreendidos a partir do território.

Os territórios onde se desenvolvem as práticas em Economia Solidária são aqueles produzidos pela comunidade e que não se deixam dominar pela ordem

hegemônica capitalista. Assim sendo, tais territórios, dialeticamente, geram uma desordem no sistema dominante, com o fito de estabelecer uma nova ordem, tornando-se, portanto, territórios da subversão.

De acordo com Moreira (2012, p.212), parte da força da sociedade civil ao se levantar contra a ordem do espaço dominante e prevalecente gera o contraespaço. Para o autor não há espaço sem contraespaço, e vice-versa, contraespaço sem espaço.

Conforme o Moreira:

É contraespaço o arranjo espacial de uma greve de operários, uma ocupação de terra com fim de assentamento, o surgimento de uma favela, um ritual de capoeira ou de candomblé, a luta pelo direito à cidade, uma manifestação de rua, um movimento de embargo de uma obra de efeito ambiental de uma comunidade, mas também, a segregação urbana da classe média, o embargo territorial de setores de dominantes excluídos do bloco de poder instituído como governo central dentro do bloco histórico (MOREIRA, 2012, p. 217).

Enfim, o contraespaço consiste em uma forma de luta contra o espaço instituinte, marcado por tensões, conflitos, resistências e resiliências. O espaço e o contraespaços estão justapostos e convivem como pares antagônicos.

Segundo Souza:

O desenvolvimento sócio-espacial, referente a um processo de enfrentamento da heteronomia e tendo a autonomia como um *horizonte de pensamento e ação*, é uma antítese ético-política do “desenvolvimento econômico” capitalista (SOUZA, 2013, p. 275)

Na Economia Solidária, o desenvolvimento sócio-espacial ocorre nos contraespaços por meio de movimentos sociais que lutam por mais autonomia. O ativismo social rompendo com os planejamentos impostos, desempenham o papel de agentes de um “planejamento insurgente” e de gestores em “territórios dissidentes”, conforme argumenta Souza (2013, p. 76).

Os movimentos sociais emancipatórios ou ativismos sociais modelam o território por meio de práticas espaciais.

Para Souza:

Práticas espaciais são práticas sociais em que a espacialidade (a organização social, a territorialidade, a “lugaridade”...) é um componente nítido e destacado da forma de organização, do meio de expressão e/ou dos objetivos a serem alcançados. Toda prática espacial, assim como, mais amplamente, toda prática social é uma ação (ou conjunto de ações) inscritas nos marcos de relações sociais. Por isso é importante articular o conceito de prática espacial com os de relação social e ação social (SOUZA, 2013, p. 241).

As práticas espaciais insurgentes na Economia Solidária são específicas em cada “nanoterritório”, enraizadas em lugares distintos e com práxis peculiares.

Dessa forma, conforme o autor mencionado, as práticas espaciais rompem com a heteronomia (assimetria de poder existente entre dirigentes e dirigidos, dominantes e dominados), almejando uma autonomia coletiva garantidora de acesso igualitário ao processo de tomada de decisões sobre assuntos de interesse coletivo.

O autor ressalta, ainda, que a superação da heteronomia é um processo longo, penoso e multifacetado e que o “projeto de autonomia” é, como sempre, um processo aberto às contingências e radicalmente criativo.

4 | A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM RIO CLARO (SP): PRÁTICAS ESPACIAIS EM TERRITÓRIOS DISSIDENTES

Em 1999 a Prefeitura Municipal de Rio Claro- município localizado, aproximadamente, 170 Km da capital paulista- iniciou um trabalho de combate à pobreza, ao desemprego, enfim, à exclusão social. Faz-se mister ressaltar que essa grave situação socioeconômica só pode ser devidamente compreendida quando se consideram as transformações macroeconômicas em curso em termos mundiais, tais como: a globalização econômica, a abertura comercial, as reestruturações produtivas, a precarização do trabalho... que tiveram profundas repercussões no Brasil.

Nesse contexto, Rio Claro até a década de 1970 sempre teve políticas voltadas para a atração de capitais externos ao município, inclusive, criando um Distrito Industrial destinado à implantação de grandes fábricas nacionais e estrangeiras, com ramos potencialmente poluentes. As indústrias localizadas no referido Distrito contaram com vários incentivos fiscais e doações de terrenos.

Essa foi a política de desenvolvimento local durante muitas décadas.

Foi assim, que Rio Claro e outros municípios brasileiros tiveram que encontrar práticas espaciais em seus “nanoterritórios” para enfrentarem e combaterem a pobreza, visando não somente a geração de trabalho e renda, mas, sobretudo, o resgate da dignidade humana, “desfazendo os nós do capital” (Mendes, Cortez e Ortigoza, 2013).

A situação dos catadores em Rio Claro em 2002 era a seguinte:

- catando material que “transformavam em dinheiro”, disputavam no lixão quem pegaria primeiro os resíduos;
- esperando a chegada dos caminhões que traziam os resíduos, entre cachorros, corvos e tratores, os catadores lutavam para apanhar os sacos com resíduos, para depois venderem;
- muitas famílias para sobreviverem consumiam os alimentos encontrados no lixão.

Diante desse quadro desumano que as práticas espaciais e as políticas públicas

em economia solidária passaram a ser implementadas no município e que serão relatadas a seguir.

Em 11 de novembro de 2002 foi criada a COOPERVIVA. Na época o poder municipal cedeu, provisoriamente, uma área para a instalação da referida Cooperativa além de caminhões para a coleta de resíduos que era realizada na cidade.

A administração da COOPERVIVA passou a ser de responsabilidade dos próprios cooperados. Foi elaborado, também, um Estatuto e Regimento Interno e os rendimentos dos cooperados passaram a ser provenientes da venda de materiais recicláveis. Os cooperados começaram a ter importantes direitos trabalhistas, tais como: seguro de vida, férias, seguro maternidade, dentre outros (Mendes e Lima, 2012, p. 34).

Embora as experiências em Economia Solidária em Rio Claro não sejam recentes, será a partir de 2010 que ocorreram os avanços mais significativos na história da Economia Solidária na cidade.

Atualmente, a COOPERVIVA possui um novo espaço, cedido por mais de 30 anos pela Prefeitura Municipal, cujo barracão foi inaugurado em 2011. Contando com novos caminhões a coleta seletiva abrange, praticamente, 100% da área urbana do município (Mendes e Lima, 2012, p. 38).

A COOPERVIVA funciona nos dias atuais no Distrito Industrial existente no município, ou seja, em um território dissidente, num espaço que, até então, era dominado pelo grande capital.

Existem, atualmente, no município de Rio Claro, de acordo com pesquisas realizadas pela EcosBio/Prefeitura Municipal de Rio Claro/Ministério do Trabalho e Emprego (2015), 8 territórios com potencialidades para o desenvolvimento de atividades econômicas solidárias nos seguintes segmentos produtivos especialmente: artesanato, agricultura urbana, alimentação, serviços.

Vários desses territórios estão localizados, notadamente, em bairros considerados de vulnerabilidade social e com atividades econômicas predominantemente do circuito econômico alternativo. Dessa forma, a Economia Solidária aparece nesses territórios dissidentes como um contraprojeto norteado por princípios e contra-racionalidades ou de racionalidades paralelas suficientemente capazes de enfrentarem a ordem hegemônica.

Outra prática espacial em curso na cidade são as feiras solidárias que ocorrem em diferentes territórios, nos quais são comercializados os produtos produzidos pelos empreendimentos econômicos solidários. Cabe salientar, que um dos pontos de comercialização desses produtos solidários encontra-se localizado em frente a um shopping center. Mais uma vez fica evidenciado a existência de um território dissidente, de um nanoterritório ou contraespaço que atua de forma antagônica à ordem imposta pelas grandes empresas.

Torna-se necessário ressaltar que a Economia Solidária consiste em um circuito econômico alternativo, portanto, os empreendimentos econômicos solidários não

estão naquele território para competirem e concorrerem no mercado capitalista.

Atualmente, no município existe um espaço onde funcionava o antigo Departamento de Geografia que, funciona hoje em novas instalações, cedido pela Universidade (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP- Rio Claro) para a instalação do Centro Público de Economia Solidária. Nesse espaço funciona uma Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e um Ponto Fixo de Comércio Solidário. Trata-se de mais uma iniciativa que tem contribuído, sobremaneira, para o desenvolvimento sócio-espacial.

Além de todas essas práticas espaciais merece mencionar que Rio Claro conta, também, com um Conselho Municipal de Economia Solidária (COMES), que vem trabalhando na execução das metas previstas no Plano Municipal de Economia Solidária.

Obviamente, que essa trajetória da Economia Solidária em Rio Claro ocorreu exigindo o esforço coletivo de todos os segmentos envolvidos que, por meio de práticas espaciais, ativismos sociais souberam defender seus contraprojetos, com autonomia, nos diversos territórios insurgentes existentes na cidade.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quer na forma de contraespaços ou sob a forma de territórios dissidentes, a Economia Solidária vai avançando em Rio Claro com seu contraprojeto e com o seu autoplanejamento.

Souza (2013) chama a atenção que para cada “ordem” sócio-espacial imposta aparecerá um ou vários contraprojetos concorrentes. O autor ressalta, ainda, que da aparente “desordem” irão surgir novas “ordens” menos injustas e menos assimétricas.

A Economia Solidária em Rio Claro está em co-construção que precisa ser compreendida não como uma proposta político-partidária restrita a uma gestão, mas como uma prática espacial com capacidade de autogerir-se, autogovernar-se com base na cooperação, na solidariedade e na autonomia, de forma multidimensional.

Precisamos não de uma outra globalização, mas de seres humanos solidários. Como nos adverte Coraggio:

No es suficiente (...) com generar nichos de solidaridad, de eficiencia social, según criterios que la sociedad no internalizó y reproduce como sentido común. Es preciso ir por más: por otra economía, por otra política, por otra sociedad, por otra cultura, por otro mundo (CORAGGIO, 2008, p. 9).

No caso específico da Economia Solidária, urge que todos os membros de uma comunidade, de um território se sintam comprometidos uns com os outros e com as causas e as demandas que lhes afetam diretamente.

A Economia Solidária deve ser democrática, colaborativa, emancipatória.

Enfim, precisamos de uma Economia Solidária com autonomia, que promova

o desenvolvimento territorial e uma sociedade mais justa e livre.

REFERÊNCIAS

CORAGGIO, J.L. América Latina: necesidad y posibilidades de otra economía. **Otra Economía**. Volumen II, n. 2, 2008.

Formação para Gestores Públicos e Entidades de Fomento: Economia Solidária e a Gestão. 003 Projeto Rio Claro Solidária- Construindo coletivos solidários e integrando territórios. EcosBio/ Prefeitura Municipal de Rio Claro/MTE/Governo Federal, 2015

FRANÇA FILHO, G.C.; LAVILLE, J.L. (2004). **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

MENDES, A. A.; LIMA, V.S. História da economia solidária no município de Rio Claro/SP- COOPERVIVA: um exemplo de geração de trabalho e renda de forma criativa. In: SAGAWA, R. (Org.). **Os enlases da economia solidária**. Curitiba: CRV, 2012.

MENDES, A. A.; CORTEZ, A.T.C.; ORTIGOZA, S.A.G. (Orgs). **Desfazendo os nós do capital**. Bauru: Canal 6, 2013.

MENDES, A. A. Economia Solidária: contextualizações e mutações. In MENDES, A. A.; CORTEZ, A.T.C.; ORTIGOZA, S.A.G. (Orgs). **Desfazendo os nós do capital**. Bauru: Canal 6, 2013.

MOREIRA, R. **Geografia e Práxis. A presença do espaço na teoria e na prática geográficas**. São Paulo: Contexto, 2012.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SOUZA, M.L.de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura 17, 19, 59, 91, 110, 114, 123, 137

Agroindustrialização 311

Alimentação 19, 107, 123, 124, 137

C

Consumo 92, 96, 98, 99, 103, 125, 136

Cultura 18, 85, 86, 96, 97, 98, 99, 110, 135, 182, 183, 184, 186, 333, 392, 393, 394, 424, 436, 437

D

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 32, 60, 72, 98, 114, 123, 137, 160, 172, 173, 175, 199, 200, 213, 216, 233, 245, 246, 250, 251, 253, 294, 295, 301, 302, 321, 335, 372, 373, 393, 394

Desenvolvimento Regional 1, 2, 3, 4, 10, 11, 12, 98, 246, 251, 394

Desenvolvimento Socioeconômico 372, 373

Dissidentes 173

E

Economia solidária 20, 147, 148, 151, 154, 158, 170, 171, 194, 221, 233, 371, 458

G

Globalização 31

I

Inclusão Digital 449

Inclusão Social 449

Incubadora 29, 180, 182, 185, 201, 204, 213, 214, 222, 223, 228, 231, 232, 234, 235, 239, 251, 254

Indústria de transformação 299, 300, 302, 304

Indústria extrativa 299, 300, 301, 302, 304

P

Participação 13, 66, 303, 304

Práticas agroecológicas 112

R

Rede 166, 170, 171, 204, 205, 207, 212, 214, 228, 229, 232, 349, 453, 459

Redes 32, 213, 216, 218, 454

S

Segurança alimentar 112, 115, 123, 320

Sociedade Civil 13, 17

T

Tecnologia Social 233, 449, 453, 457, 458, 459

Território 13, 14, 15, 16, 17, 32, 113, 245

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-505-1



9 788572 475051